

*Sertão,  
sociedade e meio ambiente  
no Rio Piranhas,  
Capitania da Paraíba do Norte,  
1670-1750<sup>1</sup>*

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes<sup>2</sup>

**RESUMO**

Os agentes sociais envolvidos na trama da colonização das terras dos sertões da América estavam influenciados pelos fatores ambientais, destarte, o presente artigo intenta analisar elementos da relação entre homem e natureza durante o período colonial no interior da América Portuguesa. Para viabilizar esse trabalho foi selecionado o Sertão do Rio Piranhas, assentado no interior da Capitania da Paraíba do Norte, pois, entre outras questões, esteve envolvido na dinâmica da ocupação do oeste do Brasil a partir da abundância de terras atrativas à cultura criatória. Essa característica somada a outros elementos ambientais como a prevalência do clima semiárido e escassez de águas contribuíram para os conflitos entre colonos e indígenas, para a configuração das alianças entre colonos e a conformação das propriedades.

**Palavras-chave:** Sertão; Rio Piranhas; período colonial; meio ambiente.

**ABSTRACT**

The social agents involved in the plot of the colonization of the lands of the hinterlands of America were influenced by environmental factors. This article attempts to analyze elements of the relationship between man and nature during the colonial period in the Portuguese America. To make possible this work, it was selected Hinterland of Rio Piranhas, located in the backlands of the Captaincy of Paraíba do Norte, because, among others questions, was involved in the dynamics of occupation of west of the Brazil from the abundance of attractive lands for the practice of raising cattle. This characteristic added to other environmental factors such as the prevalence of semi-arid climate and the scarcity of water were elements that contributed to the conflicts between settlers and indigenous, to the configuration of alliances between settlers and the conformation of the properties.

**Keywords:** Hinterland; Rio Piranhas; colonial period; environment.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 08 de setembro de 2014 e aprovado em 22 de outubro de 2014.

<sup>2</sup> Doutoranda em História pela PPGH-UFC. Professora de História do IFPB.

## INTRODUÇÃO

Os sertões da América, durante o período de colonização europeia, foram marcados pela convergência de diferentes forças ou elementos que incrementaram as mobilidades humanas que neles já existiam, a exemplo das práticas migratórias das nações indígenas pré-habitantes. Desde antes da presença europeia, tais práticas já evidenciavam uma marca de tensões, principalmente, no que tange a delimitação de territórios e tessitura de um controle e uso do espaço. A questão do espaço e suas marcas ambientais são, deste modo, variáveis extremamente importantes para a compreensão da experiência de um povo, de uma comunidade. A relação entre os homens e mulheres e o espaço que constroem em um determinado lugar é um viés de mão dupla, pois se inter-relacionam (MARTINS, 2008). Nesse sentido, a subjugação do ambiente natural dos sertões estava atrelada às intencionalidades daqueles que dele usufruíam. Isto faz parte do fato de que a relação entre homem e natureza tem um caráter de interconexão. O homem interfere no meio e o meio interfere nas práticas humanas, bem como dos demais seres que nele vivem.

Regina Horta Duarte ao refletir sobre a relação entre história e natureza chamou a atenção dos historiadores a observar como a sociedade construiu suas vivências também a partir dos elementos ambientais que a envolve e como isto se transformava no tempo, de modo que a história promovesse uma reflexão abrangendo a natureza como protagonista junto aos homens na história (DUARTE, 2005).

Nesse sentido, lançar um olhar sobre a colonização dos sertões é importante por vários motivos, dentre eles, a possibilidade de visualizar de forma mais ampla e profunda as tramas e teias que compunham a invasão incentivada pela Coroa Portuguesa aos interiores da América eivada pelos aspectos ambientais mais íntimos da nova terra; além disso, reconhecer que nos sertões deu-se grande parte da história do Brasil que se transformou no que conhecemos.

No dicionário do padre D. Rafael Bluteau, reproduzido por Antônio de Moraes Silva (1789), “sertão” significa “o coração da terra”. Este sentido de interior era o que marcava as ideias que existiam sobre o sertão no século XVIII. Os sertões seriam os lugares íntimos da América Portuguesa e assim, não “seriam” suficientemente conhecidos. Logo, um dos motivos pelos quais homens se lançavam ao “desconhecido”, ou ao menos, às experiências novas nesses lugares “ermos”, seria desvendar, conquistar

estas vastidões distantes que podiam parecer desertas, mas que estavam plenas de habitantes e possibilidades de poder a serem alcançadas.

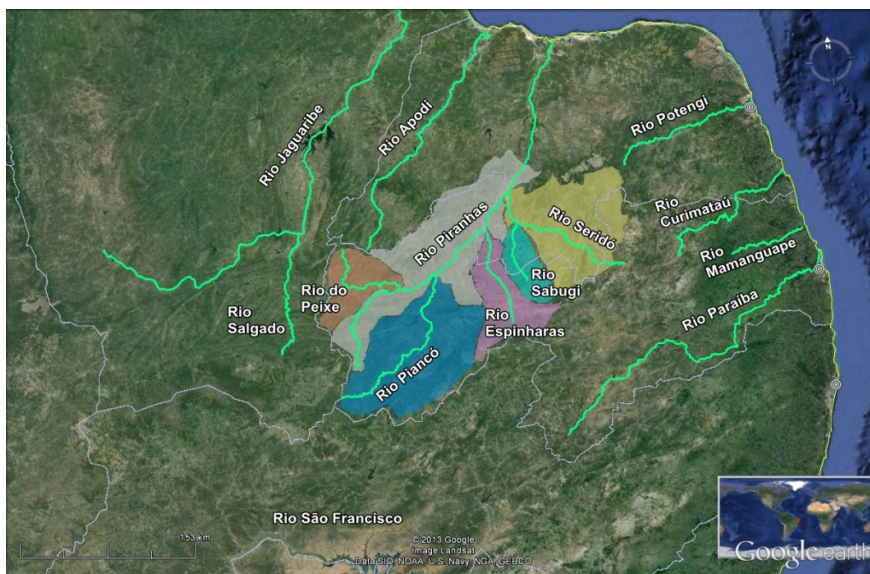
Os sertões desse imenso continente, a América, assim como suas zonas de litoral, são um *locus* oportuno para se observar os liames dos embates sociais e culturais que se deram dentro da formação histórica e ambiental da América. Eles são reveladores de um intenso processo que definiu as configurações territoriais dos domínios europeus que se instalaram na América, conseqüentemente a ampliação das possessões do Império Português na mesma, através de um fluxo de interiorização colonizadora, sobretudo a partir do século XVII e XVIII, que como já é sabido, teve como base econômica a cultura criatória principalmente no Norte. Já para o Sul, outras motivações e peculiaridades se concretizaram em diversos direcionamentos como a atividade mineradora, o impedimento do avanço espanhol nas regiões de fronteiras e a prática do aprisionamento de indígenas.

O presente artigo intenta analisar elementos da relação entre homem e natureza durante o período colonial da América Portuguesa, tomando como recorte a categoria espacial sertão. Para viabilizar esse trabalho, já que os sertões dessa América são imensos, foi selecionado o Sertão do Rio Piranhas, assentado no interior da Capitania da Paraíba do Norte, pois, entre outras questões, esteve envolvido na dinâmica de interiorização da ocupação do Brasil, enquanto um lugar de passagem para as forças de colonização que buscavam firmar caminhos em direção ao oeste da América Portuguesa devido ao seu posicionamento espacial estar compreendido em ponto estratégico para a consolidação do “Novo Caminho do Brasil”, caminho que interligava o Estado do Grão-Pará Maranhão ao Estado do Brasil (cf. MORAES, 2013; cf. BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 38, 1937. p. 337-338).

#### SERTÃO, TERRAS, GADO E ÁGUA

O Rio Piranhas não fluía sozinho. Outros rios, cada um com as suas ribeiras, somavam às suas águas: eram, como ainda o são, os rios do Peixe, Piancó, Espinharas, Sabugi e Seridó (Figura 1).

**Figura 1:** Ribeiras que compõe o Sertão do Rio Piranhas na passagem do século XVII para o século XVIII



**Fonte:** Google Earth e do Atlas Digital dos Recursos Hídricos Subterrâneos (Companhia de Recursos Minerais ou Serviço Geológico do Brasil).

O termo sertão é utilizado no singular porque as condições ambientais das diferentes ribeiras citadas eram semelhantes, pois estão inseridas no mesmo clima semiárido e predominância do bioma da caatinga, coexistindo privações e peculiaridades semelhantes para a sobrevivência dos sujeitos envolvidos no cenário de conflitos que faziam parte da temporalidade do século XVII e XVIII. Assim, leva-se em conta a identidade natural do lugar.

As águas do Rio Piranhas nasciam na Capitania da Paraíba e corriam para o Rio Grande e as ribeiras em foco estavam interligadas administrativamente a partir da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso pertencente à Capitania da Paraíba até meados do século XVIII, quando é elevada a Freguesia da Gloriosa Senhora de Santa Ana, depois chamada Caicó, que passou a conduzir áreas das ribeiras do Seridó que passaram aos domínios do Rio Grande do Norte atual (MACÊDO, 2012).

Irenêo Joffily<sup>3</sup> (1927 [1892], p. 99), no final do século XIX, assim descreveu o “Valle do Piranhas”, afirmando que se localizava no lado ocidental do Planalto da Borborema e que possuía numerosos afluentes:

<sup>3</sup> Jurista paraibano, membro do IHGB que se dedicou ao estudo da História da Paraíba. Sua obra “Notas sobre a Parahyba” é referência obrigatória na pesquisa histórica sobre a Paraíba.

O Piranhas nasce no municipio de S. José, na serrania que divide a Parahyba do Ceará, e depois cêrca de 40 leguas de curso no territorio parahybano, penetra no Rio-Grande do Norte, onde banha as cidades de Assú e Macáo, situada quasi em sua foz. Os seus principais afluentes são: pela *margem esquerda* o [Rio do] Peixe que, correndo por extensas varzeas, cobertas de carnaúbaes, banha a villa de S. João e cidade de Souza, reunindo-se depois ao Piranhas, entre esta cidade e a de Pombal, com umas 20 leguas de curso; e o de Porcos, na comarca de Catolé do Rocha, ribeira bem conhecida pela excellencia de suas pastagens. Pela *margem direita* recebe o Piancó, que nasce além da villa da Conceição, passa pelas de Misericórdia, e Piancó e cidade de Pombal, em cujas proximidades tem lugar a sua junção com o Piranhas, ao qual é superior em curso; o Espinharas ou Pinháras, que na Parahyba banha a villa de Patos e no Rio-Grande do Norte a [vila] de Serra Negra; e o Seridó, que nasce na lagôa do Quixeré, tambem commum aos dous Estados com os seus tributarios Quinturaré, Acauã, Cupauá e Sabugy (Joffily, 1927 [1892], p. 99)

Esta descrição da bacia hidrográfica do Rio Piranhas deixa entrever como essas terras eram valiosas pela quantidade de rios e ribeiras que a compunham e, conseqüentemente, era detentora de uma diversidade de fauna, relevo e flora que a recobria. Mesmo assim, a rudeza das condições ambientais desse sertão não pode ser deixada de lado.

Em exercício de correição a essas paragens, o Ouvidor Geral da Paraíba, Antônio Ferreira Gil, iniciou a descrição de sua viagem ressaltando a estiagem e “esterilidade” de alimentos e água que marcavam o sertão das “Piranhas Pinhancó”:

Ao tempo da chegada da Frotta me achais em o prencipio da correisam das Piranhas Pinhancó do certam desta comarca na distancia de mais de cem legoas aonde nasce chegada, pasage dos caminhos e retirada p.a esta cidade experimentes gravissimo trabalho e perigo de vida pello notorio impedimento da estherelid.e a regoroza seca em que **se achava o mesmo certam comtinuando a mesma hesterelidade nam só na mortandade de gados e cavalgadurras, mas na falta de todos os mantimentos da terra e de agoa p. alimento sempre boa** e das mais necessarias p.a acomdusam do meu comboyo como tambem pella gra.de falta de pastos e algoas p.a as cavalgaduras pello que morrendo humas e cansavam outras [...]<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco – Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos referentes à Capitania da Paraíba, n. 1277. Grifo nosso.

Com clima seco e de altas temperaturas, notoriamente no tempo do “magrém”<sup>5</sup> tendo situações mais amenas nos lugares mais elevados, com baixa pluviosidade, além de irregular, e pouca perenidade dos rios causando baixa reserva de águas, os sertões do semiárido da América Portuguesa passavam a ser receptores de um fluxo de sujeitos, cujas práticas econômicas fossem adaptadas ou adaptáveis à rudeza dos seus lugares.

Neles, o gado tornou-se a principal prática econômica, envolvido nos impulsos desses sujeitos que compunham as frentes de colonização europeia desses interiores, bem como no atendimento aos objetivos mercantis da Coroa, pois, naqueles sertões havia as condições para a sua adaptação e manejo.

O gado era uma cultura de expressão diante da dinâmica econômica colonial (cf. ANTONIL, 1982 [1711]), não foi à toa que Capistrano chegou a referir-se a uma “civilização do couro” (cf. ABREU, 1982 [1907]). E para que esta pudesse se fortalecer, as terras do sertão eram uma opção atrativa. Levar o gado para o sertão, ao mesmo tempo implicava uma nova demarcação de poder às terras do interior: uma forma de dominar através de um ser adventício e da implantação de uma nova forma de utilização (e significação) da paisagem. A partir dessa nova realidade, o sertão passava a ser o lugar de outros, pois, através do gado, a ambiência tinha abalada os seus aspectos originais.

A partir de 153 cartas de sesmarias solicitadas entre 1670 e 1750 para as ribeiras que compunham a bacia hidrográfica do Rio Piranhas, foram catalogadas 391 justificativas<sup>6</sup> e, dessas, 76% se referiam às terras para criação de gado<sup>7</sup>. Logo, as terras solicitadas em forma de sesmarias tinham suas aplicações voltadas principalmente para atividade criatória. Inclusive, entre os solicitantes militares, os pedidos de sesmarias também eram justificados em sua maioria pela intenção de assentar gado para a criação. Ou seja, mesmo estando envolvidos dentro do processo de extermínio e controle das diversas nações indígenas que habitavam os sertões, os sujeitos possuidores de patentes militares que se envolviam nos sertões de Piranhas, bem como em outros sertões,

---

<sup>5</sup> Vocábulo utilizado para designar o tempo de estiagem, estação da seca.

<sup>6</sup> Ao requerer uma terra em forma de sesmaria, o requerente apresentava argumentos que buscavam justificar a concessão, de modo que em um pedido de terras poderia vir uma ou mais justificativas descritas.

<sup>7</sup> Foram catalogadas 153 doações de sesmarias feitas entre 1670 e 1750 que envolviam as ribeiras dos rios Piranhas, Piancó, Espinharas, Seridó, Sabugi, Rio do Peixe e também a região do Patú. Os documentos e dados foram extraídos das transcrições de sesmarias contidas na obra “Apontamentos para a História Territorial da Parahyba” produzida por João de Lyra Tavares (1982 [1909]), bem como da Plataforma SILB (Projeto Sesmarias no Império Luso-Brasileiro) disponível no link <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>.

estavam envolvidos com a economia criatória que se instalara. Isto pode ser visto pela quantidade expressiva de solicitações de sesmarias que eram justificadas através de afirmativa de os suplicantes terem gados e não possuírem terras para acomodá-los.

Isto denota o quanto essa prática econômica enraizou-se na vida material dos sujeitos que tornaram a pecuária como alternativa de manutenção de sua riqueza ou sobrevivência. Mas eram as condições ambientais disponíveis que possibilitavam essa cultura e isso era ressaltado em diferentes documentos de sesmarias fazendo menção às terras de criar gado e suas qualidades, como pode ser observado nesses extratos de alguns pedidos:

D. Francisca de Sousa, D. João de Souza, (moradores em Pernambuco): Francisco de Souza Ferreira, Padre Remigio Gomes Pedrosa, Domingos Mendes Ribeiro, José de Souza, Padre Gonçalo Ramos de Abreo, provedor do hospital dos pobres do Recife e Antônio Correia Soares, dizem que tendo noticia que entre a serra do Patú e a do Urá havia um riacho a que os tapuios chamão Urujuré **com aguas e pastos capazes de se crearem gados** sem pessôa nenhuma as aproveitar ou por não saberem delas ou por temerem o gentio bravo [...]<sup>8</sup>

Francisco George Monteiro, morador na capitania de Goyanna, descobrira no sertão de Piranhas **um olho d'agua com pastos e largura necessária para crear gados** [...]<sup>9</sup>.

Domingos Serqueira da Silva, morador no sertão das Piranhas districto desta capitania tendo descoberto entre o rio das Piranhas e Espinharas **um sitio de terras de crear gados com tres olhos d'agua**, que se comprehende no mesmo e terras descobertas [...]<sup>10</sup>.

José Nunes Collares, morador no sertão do Cariry, tendo descoberto á custa de sua fazenda **um sitio de terra com capacidade de poder crear seos gados vacum e cavalar** no dito sertão em um riacho chamado Maribondo [...]<sup>11</sup>.

Alferes Thomaz Diniz da Penha, morador no sertão do Seridó desta capitania, diz que ele supplicante tinha descoberto no sertão do mesmo Seridó, no riacho chamado Caraçuzinho **terras com abundancia d'agua e pastos capazes de crear gados**, e porque o **supplicante tem bastantes gados e carece de terras para crear** [...]<sup>12</sup>.

<sup>8</sup> Doc. Nº. 74. 1708. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 67. Grifo nosso.

<sup>9</sup> Doc. Nº. 161. 1719. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 110. Grifo nosso.

<sup>10</sup> Doc. Nº. 234. 1734. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 141. Grifo nosso.

<sup>11</sup> Doc. Nº. 271. 1740. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 157. Grifo nosso.

<sup>12</sup> Doc. Nº. 300. 1740. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 170. Grifo nosso.

Apesar do grande uso das terras para a criação de gado, também aparecem nas justificativas dos pedidos de sesmaria o uso para a agricultura, como em Portugal, onde, no princípio a prática de concessões de sesmarias, as doações eram feitas com o fim de produção agrícola, havia a intenção de resolver a questão dos alimentos<sup>13</sup>. Nos Sertões do Rio Piranhas, a aplicação da terra para a agricultura e subsistência correspondeu a 7% das justificativas estudadas e o cultivo da terra podia seguir parâmetros das práticas indígenas, visto que a coivara era um recurso utilizado, como o fez Francisco de Arruda Câmara que afirmou em seu pedido de sesmaria, no sertão do Cariri, que tinha meta de plantar suas lavouras e criar seu gado por meio do “fogo e mais benefícios” (TAVARES, 1982 [1909]. p. 144) que iria fazer na terra.

Outro exemplo do uso das terras dos sertões para a agricultura foi o do Comissário Teodósio Alves de Figueredo, “morador no sertão das Piranhas” afirmou ter encontrado “entre as serras do *Catullé* e a serra que corre pelo Sabiá, no mesmo sertão das Piranhas, umas terras e um olho d’água chamado de *Anta Morta*, cujas terras eram capazes para plantar milho, roças e legumes [...]” e justificava a concessão através da necessidade de “plantar lavouras para a sustentação de sua família” e “por exigência do Provedor [da Capitania da Paraíba do Norte]” informou que as terras por ele pretendidas não eram para criar gados, já que estas não eram capazes, serviam apenas para lavouras e legumes (TAVARES, 1982 [1909]. p. 171-172. Grifos do autor).

Manuel Correia de Andrade (2011 [1963], p. 191) afirma que a agricultura nos sertões inicialmente ocupavam poucos espaços, voltados seus objetivos para a subsistência daqueles que habitavam a terra e, por isso, praticada pelos próprios vaqueiros e agregados das propriedades dos “grão-senhores”, os donos das sesmarias.

Essa agricultura restringia-se apenas à mandioca, ao milho, feijão, algodão e, às vezes, à melancia e ao melão. Nas ‘serras frescas’ porém, além desses produtos, surgiram logo a cana-de-açúcar e as fruteiras. As áreas agrícolas constituíam, porém, pequenas manchas, ‘ilhas’ isoladas na vastidão das caatingas (ANDRADE, 2011 [1963], p. 191).

---

<sup>13</sup> Em Portugal, a partir da legislação sesmarial mais antiga, as sesmarias tinham por fim a lavra da terra, a produção agrícola para acompanhar a questão dos suprimentos, entretanto, no Brasil, as sesmarias tinha por fim o povoamento da terra, de modo que a agricultura viria como resultado da presença do colono na terra (Cf. LIMA, 1990; PORTO, [1979?]).



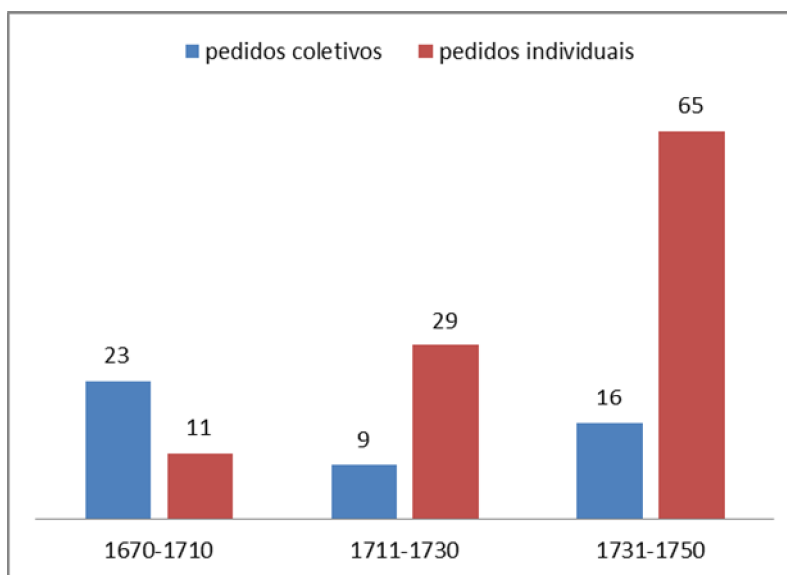
A abundância de terras, que ofereciam condições para implantação do gado, e também o fato de que o acesso à terra e sua acumulação era um meio de enobrecimento dos sujeitos, acabaram interferindo na organização inicial dos sujeitos colonizadores que formaram alianças, visando o pedido de terras de forma coletiva, ou seja, envolvendo em um mesmo pedido, dois ou mais requerentes<sup>14</sup>. Os próprios desafios da empreitada de promover a ocupação das ditas terras sertanejas, seja pelo aspecto ambiental, seja pelo aspecto da resistência indígena, contribuíam para estas alianças. Ou seja, as questões ambientais e sociais inter-relacionadas, bem como a disponibilidade de espaço a ser conquistado pelos colonos, interferiam na forma de os sujeitos se organizarem, possibilitando a formação de grupos extensos que tomavam como critério afinidades que extrapolavam a dimensão da consanguinidade com intuito de adquirirem cada vez mais terras. À medida que essas terras passavam a ser apropriadas pelas forças colonizadoras e a paisagem natural passava a ser “domesticada” pelos colonos, o tempo se desenrolava e os pedidos individuais ganharam maior expressividade, em detrimento dos pedidos coletivos (Figura 2).

**Figura 2:** Modalidade de pedidos de sesmarias quanto à quantidade de beneficiários no Sertão do Rio Piranhas entre 1670 e 1750<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Nos pedidos de sesmarias analisados, foram detectadas duas modalidades quanto à quantidade de requerentes envolvidos: uma individual, onde apenas um sujeito solicitava terra; e outra coletiva, envolvendo em um mesmo pedido, dois ou mais requerentes. Esta última modalidade possibilitava a um grupo pedir quantidades de terras maiores de uma só vez, afirmando que seriam repartidas entre os membros.

<sup>15</sup> Os documentos e dados foram extraídos das transcrições de sesmarias contidas na obra “Apontamentos para a História Territorial da Parahyba” produzida por João de Lyra Tavares (1982 [1909]), bem como da Plataforma SILB (Projeto Sesmarias no Império Luso-Brasileiro) disponível no link <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>.



Por estar encravado no coração de uma área semiárida, onde rege o bioma da caatinga e todas as suas marcas indelévels como a escassez de chuvas e rios perenes, a necessidade de água era uma constante, de modo que as terras do Sertão do Rio Piranhas que ficavam próximas aos lugares que dispunham de água, passavam a ser cobiçadas devido ao precioso líquido que subsistia abaixo dos leitos dos rios secos que possibilitava a vida das pessoas e a criação dos animais.

Essa preferência pelas terras de ribeiras é explicada pelo geógrafo Aziz Ab'Saber (2003, p. 87) quando afirma que:

ao contrário do que acontece em todas as áreas úmidas do Brasil – onde os rios sobrevivem aos períodos de estiagem, devido à grande carga de água economizada nos lençóis subsuperficiais – no Nordeste seco o lençol se afunda e se resseca e os rios passam a alimentar o lençol. Todos eles secam desde suas cabeceiras até perto da costa. Os rios extravasaram, os rios desapareceram, a drenagem ‘cortou’. Nessas circunstâncias, o povo descobriu um modo de utilizar o leito arenoso, que possui água por baixo das areias de seu leito seco, capaz de fornecer água para fins domésticos e dar suporte para culturas de vazantes (AB’SABER,2003, p. 87).

Na operação da apropriação de terras, questões sociais e ambientais se envolviam de forma decisiva, uma vez que o Sertão do Rio Piranhas, como outros sertões das Capitânicas do Norte, padeciam das agruras da falta da perenidade de águas nos rios. Logo, em um tempo em que havia forte dependência do homem em relação à natureza, no que tange a sobrevivência e manutenção da vida, não era de se estranhar

que, além da luta pelo controle da terra e, conseqüentemente, da definição de um território, a terra com a água passasse a ser o grande foco das investidas da parte dos agentes colonizadores, já que a água era essencial.

Fazendo uma descrição climática e pluviométrica dos sertões do nordeste atual, área da qual faz parte o Sertão do Rio Piranhas, Manuel Correia de Andrade (2011 [1963], p. 57-58) afirmou que

Todo o Sertão possui clima quente com temperaturas médias anuais em torno de 25°C – que varia de uma estação para outra – e com uma amplitude térmica anual inferior a 5°C, como costuma acontecer nas regiões de baixa latitude. Quanto ao regime de chuvas, observa-se a existência duas estações bem definidas: uma chuvosa, compreendendo os meses de verão e de outono e outra, mais comprida, seca, que se estende pelos meses correspondentes ao inverno e à primavera. [...] O sertanejo está sempre preocupado com a possibilidade de uma seca, já que desde os tempos coloniais ele se vem repetindo, com maior ou menos intensidade, mas com periodicidade impressionante (ANDRADE, 2011 [1963], p. 57-58).

Lago, lagoa, rio, riacho, olho d'água, nascente, cabeceira, poço, cacimba, ribeira passavam a serem referências a locais de água ou de proximidade a águas que brotavam, de modo que esses eram atraentes à aqueles que requeriam as terras de sesmarias no Sertão do Rio Piranhas, como pode ser demonstrado em alguns dos pedidos de sesmarias estudados:

Matias Vidal de Negreiros e José Vidal de Negreiros, dizem que pelos serviços que por si e seus paes fizeram a S.M., não podendo cabalmente aproveitar e crear gados, tem por noticia por seus colonos e escravos que nos **olhos d'agua** da **ribeira** do Circody que nasce em um dos sitios da serra Borburema, termo das Piranhas, [...] e outro **olho d'agua** do dito Caxaré para parte do sul ficando entre o dito **riacho** Caxaré e o **riacho** Sabugy, queriam a sesmaria de ditas terras confrontadas[...].

Capitão Bento Correia Lima, morador em Goyanna, diz que possuindo gado não tinha terras onde crear, e se achando terras devolutas no sertão das Piranhas, e que foram pedidas, as terras de um **olho dagua** que corre junto da serra a quem o gentio chama Cunhacú [...] e porque havia noticias de ter mais alguns **olhos d'agua** daquella brenha [...].

Luiz Quaresma Dourado, ajudante da infantaria paga da guarnição desta praça, tendo descoberto nesta capitania no sertão de Quinturaré um **riacho** a que chamão **olho d'agua grande**, que corre do nascente á poente e faz barra no **rio** Cauhã, abaixo do sitio Acary defronte dos Picos, extremas das datas desta capitania com

as posses das datas da capitania do Rio Grande [...]; e como nas **cabeceiras** do dito seo **riacho olho d'água grande** descobriu algumas **aguas** mais, principalmente campos, á que chama o gentio – **poço** das capivaras [...].

José da Costa Lima, morador no sertão das Piranhas, com risco de sua vida e dispêndio de sua fazenda descobriu um **riacho** chamado Pedra-branca com terras devolutas, e corre o dito riacho do pente para o nascente e desagoa no **riacho** chamado Carneiro; [...] ficando no meio fazendo peão a **cacimba** dos Cavalos , principiando nas **lagôas** de Pedra-Branca [...].

Mestre de Campos (sic.) Mathias Soares Taveira e Alferes Eusebio Barbosa Tinoco, moradores nesta capitania, dizem que a custa de suas fazendas descobriram no sertão do Piancó um **olho d'água** chamado da Pedra Vermelha, que faz boqueirão junto a aldeia dos Coremas para a parte do nascente entre o **rio** das Espinharas e **riacho** da Serra Branca, com terras devolutas e desaproveitadas [...]. ( TAVARES, 1982 [1909]. p. 45, p. 79, p. 115, p. 147, p. 198. Grifo nosso).

Constata-se que cerca de 96% dos pedidos de sesmarias feitos entre 1670 e 1750<sup>16</sup> para esse sertão fizeram referência a terras próximas a lugares de água, de sorte que pode-se perceber o quanto os aspectos ambientais marcados pela carência de água findaram por orientar as solicitações de sesmarias cujas propriedades buscavam se fincar nas ribeiras dos rios, ou seja, às margens dos leitos de rios, ou ligadas a riachos, lagoas, cacimbas e olhos d'água.

A água e o seu caráter móvel, escorregadia, volátil e difícil de barrar, acabava interferindo na busca pela terra no Sertão. Pode-se entrever o quanto conquistar um pedaço de terra próximo a águas, seja um olho d'água, seja em um riacho ou na beira de um rio maior, era tão estratégico para sobreviver nesses sertões.

Por outro lado, esses lugares eram importantes para os indígenas que por seu turno tinham uma relação com o mítico e com o meio ambiente e isto envolvia uma relação de interdependência com as forças e os elementos da natureza de forma que as contendas entre colonos chegantes e estes não deixavam escapar a questão da água, bem como da apropriação de terras que possibilitavam o fornecimento de alimentos e caça.

As visões de mundo das nações indígenas, já implicavam um lidar com a paisagem de forma diferenciada em relação àqueles que eram marcados pela influência ocidental, os colonizadores, cujas práticas buscavam controlar e domesticar a natureza tida como indômita<sup>17</sup>. Esse espírito destrutivo impulsionava a atitude de conquista sobre

<sup>16</sup> Cf. Nota 2.

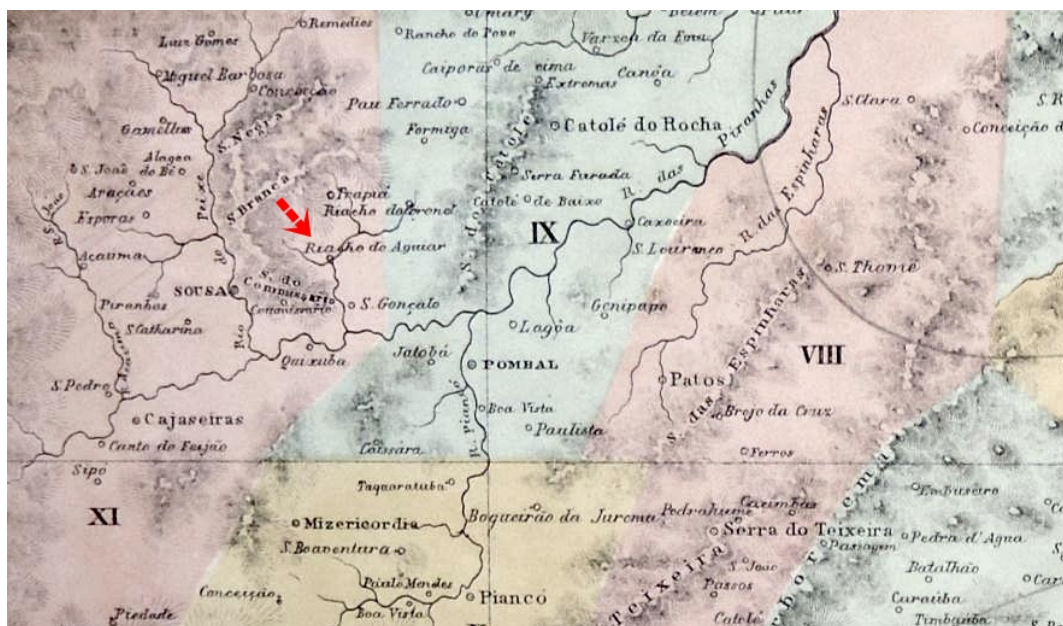
<sup>17</sup> Esta afirmativa tem inspiração nas ideias de Frederick Turner em “O Espírito Ocidental contra a natureza” (cf. TURNER, 1990).

a natureza e a tudo que se relacionava a ela sem imposição de limites às ações dos colonizadores e isto remete ao debate proposto por Warren Dean (1996) quando tratou sobre a destruição da Mata Atlântica do Brasil a “ferro e fogo”, passando por diferentes temporalidades e mostrando como a mata também moldava as ações dos colonizadores, seus agressores, bem como se imbricavam a partir dela, sujeitos autóctones e forasteiros.

Nesse sentido, pode-se pensar também como os interiores pertencentes ao Sertão do Rio Piranhas passaram a ser o ponto de encontro (desencontro) das diferenças na maneira de se relacionar com a natureza, no arcabouço cultural e no desenvolvimento tecnológico, e como isto formou uma das matrizes propulsoras dos embates entre colonos e indígenas no Sertão do Rio Piranhas.

No ano de 1736, o Capitão Mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, escreveu uma carta ao Conselho Ultramarino informando as contrariedades em torno da retirada dos índios Corema do Sítio do Boqueirão onde estavam aldeados para serem realocados no Riacho do Aguiar. Esse lugar ainda foi mencionado em 1845 no “Diccionario geographico, historico e descriptivo, do imperio do Brazil” como sendo uma das povoações ligadas a “Villa Nova de Sousa” (Figura 3).

**Figura 3:** Recorte do Mapa da Paraíba. Destaque para Riacho do Aguiar pertencente à área de Vila Nova de Sousa



Fonte: MENDES, Candido. Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

Os indígenas não permaneceram no lugar imposto, retornando ao antigo lugar de habitação, o Sítio do Boqueirão, e a grande questão, segundo o próprio Pedro Monteiro de Macedo, era que:

esta gente estava acostumada a viver, como elles dizem de corso andando continuam.te pellos matos abuscar o mel, que produzem as abelhas em gr.de quantidade nos trocos das arvores e debaixo da terra, frutas, e todo o genero de cassa, não perdoando a imundisse algima, e p.a a sua vivenda necessitão de que as terras tenham acomodidade referida, o que nada achavão no Riacho do Aguiar, que spoto se a firme ser boa para plantar, em quanto estas não produzem, de forsa hande paesser, não tendo que comer, porque lhes falta a cassa, mel, e frutas, e como no sito em que se achão depreente lhe ipedem as suas cassa<sup>18</sup>

No trecho do documento citado, pode-se perceber claramente o embate de mundos dentro do processo de reconfiguração e territorialização dos espaços dos

<sup>18</sup> Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco – Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos referentes à Capitania da Paraíba, n. 798.

Sertões do Rio Piranhas a partir dos aldeamentos indígenas e da movimentação dessas aldeias. Tais processos são o resultado da (re)apropriação das terras do sertão e delimitação do poder sobre elas que por sua vez tinham um sentido e um significado para os atores envolvidos nos embates que marcaram o tempo colonial das ribeiras do Rio Piranhas. Onde territorialização é o resultado das relações de poder sobre o espaço<sup>19</sup>, eivado pelas intenções, preceitos e práticas dos sujeitos que buscam manter seu poder sobre ele. Nesse sentido, os costumes indígenas tapuias de mobilidade, baseados na dependência dos elementos naturais e ambientais para sobrevivência, se chocavam com o princípio sedentário/fixador das frentes de colonização europeias.

O Sítio do Boqueirão ficava nas proximidades do Rio Piancó, um dos rios que concorria com um considerável volume de águas para a bacia do Rio Piranhas. Afastar os indígenas desse lugar era redefinir as hierarquias de poder entre colonos e indígenas a partir das distâncias das águas mais abundantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sertão do Rio Piranhas, assim como em outros lugares interioranos da América, a natureza e as condições ambientais dispostas eram elementos protagonistas nas tramas e definições dos percursos da colonização. A disponibilidade de metais preciosos, a abundância ou ausência de chuvas, a topografia e a acessibilidade, a presença de terras agricultáveis, ou não, eram condições que, aliadas aos interesses dos agentes sociais, deram um norte para o desenrolar das tramas da colonização e consolidação dos domínios europeus nos interiores. Destarte, a inserção dos interesses dos colonos sobre o sertão causaram mudanças na territorialização do espaço, algo que causou conflitos, bem como o avanço da cultura criatória.

O conflito pelo poder sobre o Sertão no Rio Piranhas, seja envolvendo agentes da coroa e/ou as nações indígenas, implicava ter como peso a presença e a interferência da questão ambiental que os cercava. Nessa perspectiva, analisar historicamente o sertão, valorizando as questões espaciais, implica perceber a relação existente entre os

---

<sup>19</sup> Sobre espaço e território.

sujeitos e a natureza, a tal ponto de suas mobilidades e escolhas estarem influenciadas pelos aspectos geoambientais que os espaços sertanejos dispunham para os agentes colonizadores. Lidar com os sertões da América implicava o envolvimento com as esferas da natureza que de alguma forma o mundo ocidental intentava dominar e domar.

Entrar pelos sertões adentro exigia por parte dos forasteiros que chegavam, nos idos do século XVII e XVIII, uma postura preparada para lidar com uma ambiência de fronteira no sentido social e cultural, bem como com uma paisagem natural(mente) rebelde. A abundância de terras atraía a cultura criatória e sua natureza transumante motivava a configuração de alianças interpessoais entre colonos ávidos por ampliar seus status através de acumulação de riquezas em forma de terras, o que impulsionava a ação colonizadora; a restrição de lugares de águas e a baixa pluviosidade interferiam na localização e formatação das propriedades, mas principalmente, impulsionava o atrito e violência das mais diversas formas entre indígenas, colonos e autoridades que buscavam demarcar seus territórios diante das fronteiras que moviam em direção ao norte da América Portuguesa.

## REFERÊNCIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: UnB, 1982 [1907].

AB'SÁBER, Aziz. Caatingas: o domínio dos sertões secos. In: *Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 83-100.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [1963].

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte, MG; São Paulo, SP: Itatiaia/EdUSP, 1982 [1711]. (Reconquista do Brasil, 70).

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

JOFFLY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília, DF: Thesaurus, 1927 [1892].



LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 4. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal, RN; Campina Grande, PB: EdUFRN; EdUEPB, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. In: HISSA, Carlos E. Viana (org.). *Saberes Ambientais. Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008. p. 65-77.

MENDES, Candido. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira. Sertão, estradas e conquista: o Arraial de Piranhas, Capitania da Paraíba, entre os caminhos dos sertões do norte, século XVIII. In: Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, 3., 2013, Caicó, RN. *Anais do III Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*. Caicó, RN: UFRN - Ceres - Caicó, 2013. p. 1666-1678.

PORTO, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Unb, [1979?].

RAFFESTIN, Claude. O que é território? In: *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 2011. p. 128-146.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa [Portugal]: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a História Territorial da Parahyba*. Brasília: Senado Federal, 1982 [1909].

TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.